

O engano, a doença, a morte: Como as fake news simularam técnicas canônicas do jornalismo durante a pandemia de Covid-19¹

Deceit, illness, death: How fakenews simulated canonical journalism techniques during the Covid-19 pandemic

Vinicius Prates

Professor em regime de tempo integral do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (CCL-UPM); doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; co-organizador de Sintoma e Fantasia no Capitalismo Comunicacional (Estação das Letras e Cores, 2017); autor de Um mapa da ideologia no Antropoceno (Estação das Letras e Cores, 2020); co-autor de Comunicação em rede na década do ódio: afetos e discursos em disputa na política (Estação das Letras e Cores, no prelo); é parecerista da Revista Galáxia (Capes A2). A pesquisa que resultou no artigo foi desenvolvida na oficina Fake News na pandemia de Covid-19, em colaboração com os alunos de graduação em jornalismo da UPM. Email: viniciusprates.vp@gmail.com

Resumo

Este artigo examina como os enunciados falsos que circularam nas redes sociotécnicas durante a pandemia da Covid-19 empregaram técnicas jornalísticas simuladas, buscando produzir efeitos de verdade. Para isso, estudamos a circulação dos enunciados falsos durante a crise sanitária, examinando a produção de textos simulacrais; em seguida, empreendemos a análise discursiva propriamente dita dos enunciados falsos, a partir de Maingueneau e Charaudeau, com corpus de pesquisa constituído por 23 postagens verificadas pela agência de checagem Comprova, nos meses de agosto e setembro de 2020. Nessa pesquisa foi possível descrever quais foram as características do texto jornalístico tradicional adotadas pelos produtores de conteúdos falsos e como a partir daí foi criado um simulacro de contrato de comunicação da imprensa tradicional.

Palavras chave

Fake news, Pandemia, Covid-19, Jornalismo, Análise do discurso.

Abstract

In this paper I examine how the false statements that circulated in sociotechnical networks during the Covid-19 pandemic simulated journalistic techniques, seeking to produce effects of reality. I studied the circulation of false statements during the health crisis, examining the production of simulacra texts; then, I undertook the discursive analysis itself of the false statements, from Maingueneau and Charaudeau, over a research corpus consisting of 23 posts verified by the checking agency Comprova, in the months of August and September 2020. Finally, I describe which were the characteristics of the traditional journalistic text adopted by the producers of false content and how from there a simulacrum of a communication contract of the traditional press was created.

Keywords

Fake news, Pandemic, Covid-19, Journalism, Speech analysis.

¹ As análises que resultaram neste artigo contaram com a colaboração dos graduandos em Jornalismo do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (CCL/UPM) a partir da atividade complementar "Jornalismo e fakenews na crise do coronavírus".

Introdução

A pandemia de Covid-19 é a primeira na história a se propagar numa época de midiaticização caracterizada por um ambiente de uso em larga escala das tecnologias de comunicação em rede. Se, por um lado, as redes sociotécnicas foram em grande parte responsáveis por manter as economias relativamente funcionais, parte da população bem informada, e as relações sociais estáveis, por outro lado houve importante dificuldade da eficácia de medidas de saúde e de segurança devido à propagação das fake news disseminadas por este meio.

A Organização Mundial de Saúde qualificou esta situação como “infodemia”, traçando um paralelo entre a propagação biológica do vírus e a propagação informacional das notícias falsas (OMS, 2020). A infodemia, segundo a organização multilateral, minou a resposta global e dificultou as medidas de controle da doença. A desinformação trouxe riscos à saúde física e mental das pessoas, gerou desconfianças infundadas contra grupos sociais, provocou em parte da população o abandono da observância de medidas de higiene pública, reduzindo assim a eficácia das políticas de saúde.

A OMS define a situação da seguinte maneira: “A desinformação custa vidas. Sem a confiança apropriada e as informações corretas, os testes de diagnóstico não são usados, as campanhas de imunização (ou campanhas para promover vacinas eficazes) não atingirão suas metas e o vírus continuará a prosperar” (OMS, 2020, *online*. Tradução nossa). O problema da circulação das fake news, de difícil quantificação, já vinha preocupando agentes públicos, privados e estruturas multilaterais antes mesmo da pandemia de Covid-19.

Uma pesquisa realizada em nível global em 2020 pelo Reuters Institute e pela Universidade de Oxford (*apud* CORREIO BRAZILIENSE, 2020) indicou que 56% dos participantes do levantamento se mostraram preocupados com a tarefa de identificar o que é real e o que é falso no consumo de informações. A pesquisa foi desenvolvida com 80 mil pessoas de 40 países. O Brasil foi o país onde esse receio apareceu de forma mais presente (84%), seguido do Quênia (76%) e da África do Sul (72%). Entre os brasileiros, o Whatsapp foi mencionado como principal plataforma em que as mensagens falsas são disparadas, com 35% das respostas, enquanto o Facebook é o segundo canal mais citado, com 24% (*idem*). Estas duas redes sociais têm investido em ferramentas cada vez mais rígidas de verificação e na exclusão de usuários identificados como disseminadores de notícias falsas, mas o fenômeno ainda persiste.

No Brasil, o debate a respeito do problema das fake news referentes à pandemia de Covid-19 ocorreu em universidades, órgãos de imprensa, no setor privado, nos poderes Judiciário e Legislativo e em alguns governos estaduais, embora não tenha merecido do Executivo Federal maior consideração, em função de postura ideológica. A única exceção digna de nota é uma página criada pelo Ministério da Saúde para alertar a respeito de notícias falsas durante a pandemia, mas com atualizações bissextas e incompletas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

As iniciativas mais importantes de checagem e combate à disseminação das notícias falsas partiram da própria imprensa, com o apoio de associações e da iniciativa privada. São os casos, por exemplo, das páginas *Fato ou Fake*, na qual jornalistas do maior grupo de mídia do Brasil, as Organizações Globo, promovem a checagem (G1, 2022); da agência *Aos Fatos*, certificada pela associação internacional de verificadores de fatos *International Fact Checking Network* (AOS FATOS, 2022); da *Agência Lupa*, a primeira do gênero no Brasil (LUPA, 2022), fruto da associação do jornal *Folha de S. Paulo* com a revista de jornalismo investigativo e literário *Piauí*.

No entanto, o mais abrangente programa de checagem até agora criado no Brasil é o

Comprova, em que coletamos o *corpus* de pesquisa para a elaboração das análises deste artigo. Ele reúne 34 importantes veículos de comunicação, dentre os quais a própria *Folha de S. Paulo* e a revista *Piauí*, que também integram a *Lupa*, além de *O Estado de São Paulo*, do portal de Internet *UOL*, as redes nacionais de televisão *Band* e *SBT*, da revista especializada em economia *Exame*, de mídias regionais e também especializadas em temáticas sociais, como educação, meio ambiente e igualdade racial (COMPROVA, 2022). O *Comprova* conta ainda com o apoio de duas das maiores plataformas globais de compartilhamento de dados, por meio de subsidiárias, o Google News Initiative e o Facebook Journalism Project; com o apoio tecnológico do Whatsapp e Twitter; com o apoio institucional de universidades públicas e particulares e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Abraji (*ibidem*).

Sistemas de circulação, simulacros, discurso das mídias

As fake news podem ser postadas em websites, mas é mais comum que circulem em grupos fechados em redes sociais online, como narrativas inteiramente ficcionais ou como adendos que provocam distorções capciosas em um texto (PEREIRA; PRATES, 2020). O fenômeno foi propiciado no atual estágio do capitalismo comunicacional (PRADO; PRATES, 2017), que tem como característica o rompimento dos tradicionais polos emissão-recepção dos meios de comunicação de massa típicos do século 20. Eles perderam centralidade em favor de um processo de circulação em fluxo contínuo (FAUSTO NETO, 2019); ou seja, a comunicação em fluxo não se desenha mais em circuito fechado, mas num continuamente direcionado adiante (BRAGA, 2012). Esse circuito ampliado, fragmentado e difuso, propicia o entrecruzamento dos conteúdos em redes de homologação ou antagonismos, reconhecimento ou recusa, naquilo que convencionou-se chamar de “bolhas ideológicas”, num ambiente político altamente polarizado (PEREIRA; PRATES, 2020).

Os destinadores dos conteúdos falsos circulantes nas redes de comunicação sociotécnica adotam uma estratégia de persuasão baseada na simulação (BAUDRILLARD, 1991) de técnicas jornalísticas, como veremos nas análises apresentadas abaixo, buscando assim reproduzir de maneira simulacral o contrato de comunicação (PRADO et.al., 2008; 2011) atinente aos veículos tradicionais de imprensa. Seus efeitos de verdade, ancorados em sua força ilocucionária (AUSTIN, 1975), estão assujeitados à eficácia de um fazer/crer ter sido produzidos por um destinador jornalista. Este efeito é obtido por meio da presença de dêiticos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU; 2004), que remetem ao contrato de comunicação da imprensa profissional. Assim, o texto simulacral convoca o enunciatário a acessar um arquivo presentificado no universo discursivo, no qual a imprensa tem sido mediadora da apresentação dos “fatos verdadeiros” à comunidade de falantes desde pelo menos quatro séculos.

Os “manuais de redação” (O ESTADO DE S. PAULO, 1990; O GLOBO, 2003; FOLHA DE S. PAULO, 2018) estabelecem uma série de padrões técnicos do fazer jornalístico, que começa no planejamento da reportagem, na escolha das fontes, das entrevistas, até a escrita e a edição, instruindo os modos pelos quais os jornalistas devem produzir enunciados que os façam ser percebidos como locutores (DUCROT, 1987) do discurso da imprensa, e que, portanto, tenham seus textos reconhecidos como derivados desse discurso.

Maingueneau (2020, p. 13) trata dessa questão como “incorporação”, sendo que o sucesso dessa performance depende do aval dado pelo destinatário ao ethos projetado pelo destinador. Para Maingueneau (*idem*, p. 14): “O destinatário constrói [...] a figura desse fiador apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais estereotipadas [...] que a

enunciação contribui para reforçar ou transformar” (MAINGUENEAU, 2020, p. 14). A incorporação ocorre em três planos: 1) a cenografia confere uma corporalidade ao fiador; 2) o destinatário assimila um conjunto de esquemas correspondentes a um modo de interagir com o mundo; 3) esse processo leva à constituição de um corpo, da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso.

A incorporação, neste caso busca dotar o enunciador das características de “jornalista”, para que ele passe a ser o fiador de um discurso específico, o de imprensa. O destinador das fake news produz então um simulacro de técnicas aceitas nas redações profissionais, para que sua estratégia de convencimento assuma a força ilocucionária da imprensa e torne-se efetiva.

O texto de imprensa

Patrick Charaudeau, em *O discurso das mídias* (2006), explica, a partir de um ponto de vista da análise discursiva, quais são as características que garantem a pertença pressuposta ao discurso do jornalismo. Há algumas regras gerais que não dependem do contrato específico de cada veículo, mas que perfazem um sistema que pode ser qualificado como “a imprensa”, o “quarto poder”, cujo bom funcionamento é considerado uma garantia da democracia nos países liberal-capitalistas.

Para Charaudeau, o sentido se constrói ao término de um duplo processo de semiotização: de transformação e de transação. O processo de transformação consiste em:

[...] transformar o “mundo a significar” em “mundo significado”, estruturando-o segundo um certo número de categorias que são, elas próprias, expressas por formas. Abrange categorias que identificam os seres do mundo *nomeando-os*, que aplicam a esses seres propriedades, *qualificando-os*, que descrevem as ações nas quais esses seres estão engajados *narrando*, que fornecem os motivos dessas ações *argumentando*, que avaliam esses seres, essas propriedades, essas ações e esses motivos *modalizando* (*idem*, p. 41. Itálicos do autor).

Então, o autor prossegue explicando que o processo de transação consiste:

[...] para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de um certo número de parâmetros: as hipóteses sobre a identidade do outro, o destinatário-receptor, quanto a seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses etc.; o efeito que pretende produzir nesse outro; o tipo de relação que pretende instaurar com esse outro e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes. (*idem*, p. 41).

O ato de informar, um corolário manualizado do contrato de comunicação da imprensa profissional, está centrado nesse segundo processo, de transação, fazendo circular entre os parceiros um determinado saber. O autor diz ainda que o efeito de verdade se dá “criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo” (*idem*, p. 49).

O efeito de verdade, portanto, só pode existir num dispositivo enunciativo de influência psicossocial, cujo registro é o da credibilidade. Neste ponto o autor enfatiza que o processo de transação, a comunicação que coloca o sujeito em relação com o Outro, comanda

o processo de transformação, sua relação com o mundo, e não o contrário, como eventualmente poderia ser suposto. Transacionamos sentidos, e a partir desse compartilhamento é que temos os elementos para transformar o mundo a significar em significado.

Mesmo admitindo-se o caráter necessariamente precário das tentativas de construção da objetividade no conhecimento, já de antemão assujeitado às transações de sentido, é possível mapear-lhe a genealogia, entendendo sua eficácia fiduciária. Segundo Charaudeau (*idem*, p. 44) a percepção de objetividade pode estar ancorada na observação empírica ou então no instrumental intelectual que explica o mundo pela aprendizagem de dados daquilo que não está visível, aquilo que “sei”, porque assim me foi dado por outrem “saber”.

Neste segundo caso, as ciências e as técnicas e, dentre estas, as técnicas jornalísticas, são lugares privilegiados para a produção de um efeito de verdade que constitui uma espécie de garantia quanto à estabilidade de uma percepção estruturada do mundo. Na medida em que o sujeito – pelo menos, poderíamos acrescentar, o sujeito aderido àquilo que Habermas (2002) chama de o discurso filosófico da modernidade – não teve a oportunidade da constatação empírica de algo, ele recorre a um testemunho vicário que lhe é dado pela imprensa. Só que isso não opera dessa forma com os actantes da extrema direita, pois são assujeitados a discursos que produzem desconfiança em relação aos valores de verdade da modernidade (democracia, liberdade sexual, igualdade de gêneros, confiança em autoridades baseadas em capitais construídos na academia, na imprensa, na ciência etc).

Voltando a Charaudeau (2006), ele entende que o texto de imprensa pode ser basicamente dividido em três categorias, segundo as quais o enunciador diz, ou ao menos indica, ao enunciatário qual é a sua relação com o fato que será descrito como verdadeiro, e que são as seguintes²:

a) *existencial*: relacionada a um estar-aí espaço-temporal, em que há ênfase no caráter testemunhal de fatos presentificados.

b) *evenemencial*³: cuja percepção mental é determinada pela descrição do que ocorre ou ocorreu.

c) *explicativa*: relacionada à descrição do porquê, do como e da finalidade, de motivos e de intenções que presidiram o surgimento de um acontecimento e seus desdobramentos.

As categorias podem conviver num mesmo texto, e certamente os jornalistas e os estudiosos do jornalismo terão reconhecido, em essência, aquilo que a prática da atividade no segmento das notícias diárias consagrou como boa norma de texto, com o *lead* em formato da “pirâmide invertida”, que começa a responder “o que acontece” e termina com um “por que acontece” (O GLOBO, 2003, pgs. 35-36).

Seja qual for a categoria empregada, os textos jornalísticos adotam uma técnica para que seu enunciado se mostre aderido ao contrato de comunicação de imprensa, podendo, portanto, produzir o efeito de verdade: a elisão das marcas de autoria. Tais seriam textos “enuncivos”, nos quais desaparecem os pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, dêiticos espaciais e temporais (FIORIN, 2016, p. 35). Dessa maneira o jornalista profissional busca figurar a si mesmo como “simples intermediário” e não como “mediador”, para usarmos as categorias de Bruno Latour (2012).

Idealmente, este tipo de texto de imprensa é posto como se ele pairasse no ar, vindo de lugar algum. Todo o tempo, o narrador-jornalista (e assim lhe é ensinado logo nas séries iniciais da faculdade) reproduz um jogo de esconde-esconde, fazendo desaparecer as marcas

²Abreviadas nas tabelas de análise abaixo respectivamente como “Exist”; “Even”; “Explic”.

³“Evenemencial”, entendemos, é uma tradução equivocada. O correto seria “acontecimental”. Mantivemos o termo em função do uso no original em português.

da “enunciação-enunciada” (FIORIN, 2016). Se por acaso o destinatário pilhasse alguma marca deixada pelo destinador, que o identifique, sentir-se-ia confortável para, por exemplo, dizer numa caixa de comentários de reportagens online: “este parece mas não é um texto neutro, ou seja, não é um texto de imprensa, pois tem as digitais de determinado fulano, e só foi escrito assim porque é de sua lavra”.

Então, como pode ser descrito o papel actancial do jornalista num texto de imprensa no modelo *hard news*? Ele continua como narrador, mas um narrador implícito:

[...] mesmo que não haja um *eu* explicitamente instalado por uma debreagem actancial enunciativa, há uma instância do enunciado que é responsável pelo conjunto de avaliações e, portanto, um *eu*. Mesmo que não houvesse nenhuma interpretação, o que parece impossível, haveria o desempenho das funções de representação, pelas quais o narrador distribui os atores, faz debragens de segundo grau, etc. Há pois um narrador implícito [neste presente caso] e um narrador explícito [em outros casos]. (FIORIN, 2016, p. 57. Colchetes nossos)

A passagem de enunciador a narrador, seja este explícito ou implícito, de acordo com o esquema de Diana Luz Pessoa de Barros (2001, p. 75), é uma debreagem de primeiro grau. Há ainda a possibilidade de uma debreagem de segundo grau: a passagem de uma relação narrador-narratário à instauração de uma relação interlocutor-interlocutário, por meio de diálogos inscritos no texto.

No caso do texto jornalístico há um processo de duplo apagamento: o enunciador é implícito, bem como o narrador (e além disso não deve haver a debreagem de segundo grau que instaura a figura do interlocutor). Então quem “fala” no texto, quem é o responsável pelo enunciado? Os manuais de redação indicam que o jornalista faz falar as “fontes”, que precisam estar sempre evidenciadas. Estas sim são as garantidoras do crédito que se pode dar a uma informação. Em linguagem semiótica, trata-se de um *locutor* inserido na superfície textual, responsável pela verdade de suas próprias afirmações:

O último ponto a considerar, neste item, é o da responsabilidade pelos enunciados. Consideramos o enunciador, o narrador e o interlocutor diferentes níveis de produtores de enunciados. No entanto, quando se produzem enunciados, podem-se incorporar contratual ou polemicamente enunciados de outrem. Assim, há enunciados que incorporam diferentes responsáveis pela enunciação. Uma análise que não leve em conta esse fato pode falsear o sentido de um enunciado. Chamaremos o responsável pela enunciação *locutor* e a instância a que se dirige *alocutário*. (FIORIN, 2016, pgs. 60-61. Itálicos do autor)

Trata-se neste caso de um “simulacro da enunciação”, no qual os locutores arrastam para suas posições os marcadores espaço-temporais. O narrador-jornalista dá a palavra a outrem, que passa a dizer *eu*, notavelmente nas citações diretas, colocadas entre aspas. Quem afirma, por exemplo, quantos manifestantes há reunidos, é a Polícia Militar, ou os organizadores do evento; quem diz a que horas o incêndio foi controlado são os bombeiros, e de quanto foram os prejuízos, o dono da empresa; quem informa quantos foram os mortos por Covid-19 nas últimas 24 horas são as secretarias estaduais de saúde.

O efeito buscado nestes casos é o de objetividade. Como uma observação paralela, esse é um esquema que transfere a força ilocucionária de cada asserção às fontes e, se levado às últimas consequências, produz aquilo que é chamado nas redações de “jornalismo declaratório”, porque torna a superfície textual uma coleção de audições, mostradas como

quase que bastando a si mesmas para produzir sentido.

Se há tal protagonismo das fontes na construção do discurso jornalístico, é esperado que os enunciados busquem demonstrar a sua qualidade. Charaudeau (idem p. 52-53) faz, então, uma distinção entre os tipos de fontes a partir de análises na mídia francesa, mas que se adequam a outros casos, inclusive o brasileiro. Ele as divide em três eixos, e em tipologias dentro de cada um deles, como veremos:

O primeiro deles refere-se a como a fonte é dita confiável, o que pode ocorrer de quatro maneiras⁴:

a) *a notoriedade do informador*: neste caso, de uma maneira geral, o enunciador conta com a competência enciclopédica do enunciatário, que saberá reconhecer a fama da fonte citada, aproximadamente seu *ethos* na acepção da retórica aristotélica.

b) *sua posição de testemunha*: a pessoa que informa não é famosa, mas é apresentada como alguém que viu, que presenciou um ato, e que traz para a narrativa a força de seu testemunho.

c) *o caráter plural dos informadores*: a fonte nesse caso é coletiva, um grupo de pessoas em associação, e para usarmos uma categoria de Habermas (2014), é como tentar mostrar um aspecto da esfera pública em movimento por meio do simulacro de enunciação.

d) *a sua especialização*: neste caso trata-se das fontes que não são famosas, mas apresentadas como especialistas, sujeitos de um suposto saber técnico, dados como neutros e objetivos.

A partir disso, Charaudeau descreve como a fonte se relaciona com o próprio fato que está por ela colocado, segundo seu grau de engajamento⁵:

a) se ela coloca a informação como um saber naturalizado, não evidenciando o seu grau de engajamento.

b) se ela a explicita sua convicção na informação.

c) se ela mantém o modo da distância, expressando reserva, dúvida, hipótese, ou mesmo suspeita.

Finalmente, numa última caracterização, Charaudeau aduz que as provas oferecidas ao enunciatário devem criar um efeito de independência da subjetividade do enunciador, que são construídas por três maneiras⁶:

a) *a autenticidade*: exposta como a possibilidade de atestar a própria existência dos seres do mundo, sem artifício, sem filtro, como uma observação do mundo empírico.

b) *a verossimilhança*: que se caracteriza pela possibilidade de reconstituir analogicamente o fato quando os acontecimentos já ocorreram, a existência possível do que foi ou será.

c) *a explicação*: que se relaciona à possibilidade de se determinar o por quê dos fatos, o que os motivou, as intenções e a finalidade daqueles que foram os protagonistas.

As provas oferecidas no enunciado indicam a posição do enunciador, segundo uma correspondência lógica: as que se enfatizam a autenticidade indicam uma posição “existencial”; as que enfatizam a verossimilhança indicam um enunciador “evenemencial”; as que enfatizam a explicação indicam um enunciador que se coloca como “explicador”, que trabalha no campo das deduções.

⁴Abreviadas nas tabelas abaixo respectivamente como “Notor.”; “Test.”; “Plur.”; “Espec.”

⁵Abreviados respectivamente como “N. Evcia”; “Convic”; “Dist”.

⁶Abreviados respectivamente como “Autent.”; “Veross.”; “Explic.”.

Análise dos posts

A partir deste ponto, vamos utilizar as categorias oferecidas por Charaudeau para entender como o destinador das *fake news* trabalha estrategicamente para reproduzir técnicas que façam parecer ser da imprensa. O objetivo, como vimos, é dotar-lhes da força ilocucionária do jornalismo profissional.

Para estas análises, foram coligidos durante os meses de agosto e setembro de 2020, quando o Brasil passava pela “primeira onda” da propagação do vírus, 23 posts verificados pela agência *Comprova*. Para isso, dividimos as notícias falsas em cinco blocos temáticos, que apresentamos por ordem decrescente quanto ao número de aparecimentos. Abaixo de sua descrição, em cada uma delas, inserimos tabelas que mostram, pela ordem: a) o tema; c) a mídia na qual a notícia falsa foi propagada; d) a categoria de base; e) como o informante é apresentado; f) seu grau de engajamento; g) o tipo de provas.

a) Medidas não homologadas por autoridades sanitárias são efetivas (11 vezes):

A tematização que mais comparece nas checagens da agência, com 11 postagens, afirma falsamente que determinados tratamentos são efetivos. Neste bloco, a cloroquina ou hidroxocloroquina, comparecem por seis vezes, sendo que em quatro vezes o enunciado faz referência a estudos estrangeiros. Nestes posts, a Itália, a Austrália, a China em conjunto com os Estados Unidos, e a prestigiosa revista científica *Lancet*, teriam homologado o uso dessas substâncias. Há ainda, nas notícias falsas, uma suposta aprovação da Universidade de São Paulo à cloroquina, por meio de “um estudo”.

Além dessas postagens, há uma fala de Bolsonaro, afirmando ter a cloroquina “salvado mais de 100 mil vidas”; e uma postagem dizendo que moradores do Rio de Janeiro estão comprando cloroquina no mercado informal para se curarem. Há ainda uma menção a um enfermeiro que afirma ser a ivermectina eficaz contra o vírus; uma afirmação do prefeito de Itajaí (SC) de que a doença é combatida com a aplicação de ozônio pela via retal; uma entrevistada mística que discorre a respeito de faixas de vibração do vírus, que é atraído por pensamentos negativos, tristeza e raiva; uma postagem sobre os poderes curativos dos banhos de sol ao meio-dia.

Aqui as notícias falsas prometem, a um enunciatório temeroso, medidas efetivas para a cura da doença. Ganha destaque nesse segmento a demonstração de “pluralidade da fonte”, no sentido atribuído por Charaudeau, ou seja, quando a ancoragem do efeito de verdade se dá por meio de uma instituição. Também há, em igual número, “fontes” que são elencadas por sua notoriedade, além de e um caso de especialidade e um de testemunha. As postagens mantêm sempre o critério da posição existencial, de não evidenciar seu grau de engajamento e de “demonstrar” as provas pelo critério de autenticidade.

O leitor das *fake news* é assim “informado”, com “provas” que grupos de pesquisadores, principalmente em outros países mais desenvolvidos, onde a ciência teria conseguido melhores resultados, já oferecem a cura e, portanto, não é preciso se preocupar ou sofrer.

Tabela 1

Notícia Falsa	Mídia	Base	Inf	Engaja	Provas
Bloco A					
Sol mata coronavírus	Twit	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Bélgica aplica cloroquina	Face	Exist.	Plur.	N. Evdc.	Autent.
Pensamento positivo e vibrações	Site	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Itália aplica cloroquina	Site	Exist.	Plur.	N. Evdc.	Autent.
China e FDA aprovam cloroquina	Twit	Exist.	Plur.	N. Evdc.	Autent.
Estudo da USP homologa cloroquina	Site	Exist.	Plur.	N. Evdc.	Autent.
Enfermeiro diz que ivermectina salva	Face	Exist.	Espec.	N. Evdc.	Autent.
Não aplicação de cloroquina matou	Face/ Yout	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Bolsonaro: cloroquina salvou 100 mil	Várias	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Cloroquina à venda no trem do Rio	Várias	Exist.	Test.	N. Evdc.	Autent.
Prefeitos enganam sobre cloroquina	Face	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Austrália distribui ivermectina	Yout	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Ozonioterapia cura Covid-19	Face	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.

b) Pandemia é superestimada (5 vezes):

Com cinco comparecimentos durante o período analisado, há uma fala do médico Dráuzio Varella, tirada de contexto, nos primeiros dias de disseminação pelo vírus na China, dizendo que não haveria qualquer gravidade na doença; que a pandemia é uma farra criada por políticos para ganhar dinheiro do governo federal; por duas vezes que o total de mortes foi superestimado, incluindo pessoas que morreram de outras doenças; que há uma conspiração de prefeitos contra o poder federal, aos quais interessa maximizar a doença para verbas. Neste caso, predomina a base existencial, mas há duas postagens de base explicativa, o que se reflete também nas provas. Os enunciados continuam a não estampar o grau de engajamento, mas dividem entre a notoriedade e o aspecto testemunhal a atribuição de confiabilidade das fontes.

Tabela 2

Notícia Falsa	Mídia	Base	Inf	Engaja	Prova
Bloco B					
Covid-19 não tem gravidade	Twit	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Pandemia não é grave	Várias	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Fraude no número de mortos	Twit	Exist.	Test.	N. Evdc.	Autent.
Contabilizadas outras doenças em óbitos	Face	Exist.	Test.	N. Evdc.	Autent.
Dráuzio nega gravidade	Várias	Explic.	Notor.	N. Evdc.	Explic.
Mortes reduzindo no RS	Twit	Exist.	Test.	N. Evdc.	Autent.
Farsa criada com fins políticos	Inst	Explic.	Notor.	N. Evdc.	Explic.
Mortes superestimadas	Várias	Exist.	Test.	N. Evdc.	Autent.

c) Medidas de controle preconizadas pelas autoridades sanitárias fazem mal ou não são efetivas (quatro vezes):

Neste bloco, com quatro postagens verificadas, as falsas afirmações relatam casos nos quais há riscos envolvidos na principal medida de proteção individual ao vírus, as vacinas. Nelas há a “notícia” da morte de dois irmãos após a aplicação de vacinas; a “informação” que as vacinas “modificam o DNA” de quem foi imunizado; que elas são perigosas e os voluntários são usados como cobaias com grandes riscos nos testes; que João Dória, governador de São Paulo, contraiu covid depois de tomar vacina. Nesse segmento as *fake news* buscam “mostrar” ao enunciário que as medidas tomadas pelas autoridades sanitárias podem fazer mal, comprometer a saúde. Em todas elas a prova é de autenticidade, e o tipo de “fonte” relatado ainda se baseia predominantemente na notoriedade. O grau de engajamento permanece não relatado.

Tabela 3

Notícia Falsa	Mídia	Base	Inf	Engaja	Prova
Bloco C					
Irmãos morrem após vacina	Twit/ Face	Even.	Test.	N. Evidc	Autent.
Vacina muda DNA	Blog	Explic.	Notor.	N. Evidc	Autent.
Dória se vacina e pega coronavírus	Várias	Exist.	Test.	N. Evidc	Autent.
Isolamento social não é eficaz	Face	Exist.	Notor.	N. Evidc	Autent.
Testes com vacinas perigosas	Face	Exist.	Notor.	N. Evidc	Autent.

d) Adoção de medidas sanitárias são autoritárias e ferem leis (duas vezes):

Neste bloco, aparecem duas verificações: uma fala de Jair Bolsonaro, afirmando que a legislação não permite a obrigatoriedade da vacina, o que fere liberdades; também uma afirmação de que é contra a lei a obrigatoriedade do uso de máscaras, que seria um sinal de tirania. Os enfoques não são direcionados a questões técnicas de saúde, mas dizem respeito aos direitos individuais que estariam sendo vilipendiados pelas autoridades sanitárias durante a pandemia. Este tipo de argumento teve desdobramentos em momentos posteriores da crise da covid-19, sobretudo quando as vacinas estariam mais difundidas e havia de fato a opção concreta de tomá-las, gesto recusado por alguns, inclusive pelo presidente Bolsonaro. Em três exemplos, duas vezes o informador é destacado por sua notoriedade, e uma vez é plural. Quanto às provas, em dois casos elas são dadas por autenticidade, mas uma rara vez ela consta como explicação, justamente porque busca coligir argumentos pela tese da ilegalidade da máscara obrigatória.

Tabela 4

Notícia Falsa	Mídia	Base	Inf	Engaja	Prova
Bloco D					
Bolsonaro não pode obrigar vacina	Face	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Quem não se vacina pode ser preso	Face	Exist.	Notor.	N. Evdc.	Autent.
Máscara obrigatória é ilegal	Site	Exist.	Notor.	N. Evcd	Autent.

e) Pandemia é provocada intencionalmente (uma vez):

Com uma menção, a pandemia é relatada por “um italiano” anônimo como um plano para eliminar pessoas do mundo com a ajuda de inteligência artificial. Justamente a fake news que apresenta a teoria mais abrangente (e delirante) sobre a crise do coronavírus é aquela que tem uma construção mais precária, sequer identificando o personagem que teria “testemunhado” tenebrosas transações para a eliminação de grandes parcelas da população

global.

Tabela 5

Notícia Falsa	Mídia	Base	Inf	Engaja	Prova
Bloco E					
Pandemia é controle populacional	Várias	Explic.	Test.	N. Evc.	Explic.

Dessa forma, é perceptível que a categoria de base existencial é a mais utilizada, com aproximadamente 83% das ocorrências, sendo que as restantes são de base explicativa. Quanto à tipologia do informador, 56% das vezes apela-se à notoriedade, 30% ao testemunho, 17% à pluralidade e pouco mais de 4% à especialidade. O grau de engajamento é unânime, nunca é revelado. Quanto ao tipo de provas, 83% referem-se à autenticidade e 17% à explicação.

Há, portanto, um padrão majoritário nas fake news analisadas que pode ser dito da seguinte maneira: os enunciados são de base “existencial”; ditos por informadores “notórios” ou “testemunhais”; que não demonstram seu grau de engajamento com a notícia; que se referem a provas “autênticas”.

Considerações finais

A circulação das notícias falsas que emulam o estilo jornalístico faz pressupor um enunciatário aderido ao contrato de comunicação da imprensa, aqui entendida, conforme citamos acima, como um conjunto de procedimentos e técnicas que, tomadas em conjunto, indiciam ao que o enunciador participa de um determinado campo, do jornalismo, mais amplo que o contrato de comunicação específico de um veículo em particular. É preciso que as notícias falsas sejam direcionadas a um enunciatário leitor de notícias, com acesso a enunciados produzidos pelos meios de comunicação de massa, pois só assim seria possível simular com eficiência o efeito veridictório do jornalismo. Toda o efeito enganador das *fake news*, o seu *fazer/crer* está ancorado num *parecer e não ser*: um enunciado parece ter sido produzido por um enunciador jornalista, mas este é o efeito de um destinador que permanece oculto em sua intenção malévola.

As estruturas do texto jornalístico são respeitadas como forma de simular a força ilocucionária da imprensa, mas os sentidos dos enunciados são radicalmente invertidos em relação ao que os jornais vinham noticiando àquela altura da pandemia, e o efeito de verdade das *fake news* só pode ser compreendido se levado com conta este conjunto, esta inserção em outros no discurso das mídias.

Aqui, há então um subentendido (DUCROT, 1987) que trabalha como inversão: se a mídia é enganadora, as *fake news* são verdadeiras. O que, de acordo com o exposto nas análises acima, pode ser dito, resumidamente, é o seguinte: a) os tratamentos contra a Covid-19 (cloroquina, ivermectina e outros) são ditos pela imprensa como ineficazes, mas “na verdade” são eficazes; b) a pandemia é figurativizada pela imprensa como deflagradora de um perigo mortal, mas “na verdade” não é grave; c) as vacinas, ditas pela imprensa como seguras e eficazes, “na verdade” são perigosas e ineficazes; d) as medidas de prevenção que são ditas na imprensa como direito à saúde dos cidadão, “na verdade” representam a imposição de um dever antidemocrático; e) a pandemia, referida na imprensa como uma catástrofe natural, “na

verdade” faz parte de um plano de extermínio populacional.

O circuito assim se fecha, numa operação em pinça. Por um lado, as fake news, ao emular o discurso das mídias, porém estampando no enunciado notícias enganadoras, mina os esforços de combate a uma doença cujo comportamento social é decisivo para sua multiplicação ou arrefecimento; usa assim uma falsa posição ilocucionária do jornalista para subverter o sentido da notícia. Por outro lado, há um efeito deletério sobre a própria credibilidade da enunciação; como os enunciados instauram um programa enganador, a desconfiança a respeito da legitimidade do destinador se espraia, e a partir de determinado ponto o enunciatório já não consegue por meio de sua competência enciclopédica realizar o que é ou não notícia falsa, tendo que recorrer a informações complementares como as das agências de checagem.

E então, o mundo das redes sociotécnicas que um dia foi sonhado como uma nova esfera pública tecnodigital, uma aldeia global interconectada, que abriria o portal de uma sociedade mais democrática e na qual a comunicação se tornaria mais eficiente, ajudando a resolver problema graves e urgentes como o da pandemia, é transformado numa paisagem devastada.

Referências

AOS FATOS. **Quem somos**. Disponível em <<https://www.aosfatos.org/quem-somos/>>. Pesquisa realizada em 11/01/2022.

AUSTIN, J. **How to do things with words**. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1975.

BARROS, D.L.P. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. Segunda edição. São Paulo: Humanitas, 2001.

BAUDRILLARD, J. **Para uma crítica da economia política do signo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BRAGA, J.L. La política de los internautas es producir circuitos. In: CARLÓN, M.; FAUSTO NETO, A. (Orgs.). **Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación**. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COMPROVA. **Sobre o Comprova**. Disponível em <<https://projetocomprova.com.br/about/>>. Pesquisa realizada em 16/01/2022.

CORREIO BRAZILIENSE. **Facebook é a maior plataforma de fake news, aponta pesquisa**. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2020/06/17/interna_tecnologia,864689/facebook-e-a-maior-plataforma-de-fake-news-aponta-pesquisa.shtml> Pesquisa realizada em 10/01/2022.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FAUSTO NETO, A. Política entre ações comunicativas e Circulações Disruptivas. In: **Rizoma**. v. 7, n. 2. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2019.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Contexto, 2016.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de redação**: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país. São Paulo: Publifolha, 2018.

G1. **Fato ou Fake**. Disponível em <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>>. Pesquisa realizada em 19/01/2022.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Martins Fontes: São Paulo, 2002.
_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Unesp, 2014.

LATOURETTE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. São Paulo: Edusc, Bauru (SP) / EDUFBA: Salvador, 2012.

LUPA. **A primeira agência de fact checking do Brasil**. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/?utm_source=Search&utm_medium=cpc&utm_campaign=lupa5anos> Pesquisa realizada em 14/01/2022.

MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cuidado com as ‘fake news’ sobre vacinas contra a covid-19**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/cuidado-com-as-2018fake-news2019-sobre-vacinas-contracovid-19>>. Pesquisa realizada em 05/08/2021.

O ESTADO DE S. PAULO. **Manual de redação e estilo**. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: Oesp, 1990.

O GLOBO. **Manual de redação e estilo**. Organizado e editado por Luiz Garcia. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Editora Globo, 2003.

OMS. **Infodemic**. Disponível em <https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1>. Pesquisa realizada em 20/02/2022

PEREIRA, H. P. ; PRATES, V. Propagação do vírus, disseminação do ódio: circulação dos afetos nas fakenews sobre a covid-19. In: **Rizoma**. Vol. 8 n. 1. Santa Cruz do Sul: UFSCS, 2020.

PRADO, J.L.A. et al. **A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal**. DVD Hipermídia. São Paulo: PUC-SP, 2008.

_____. **Regimes de visibilidade em revistas**. DVD. São Paulo: PUC-SP, 2011.

PRADO, J.L.A; PRATES, V. (Orgs.) **Sintoma e fantasia no capitalismo comunicacional**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.